Leibniz: Intuição e Simbolismo

por
Olga Pombo

É sabido que Leibniz alcançou uma compreensão extraordinariamente profunda do simbolismo. O objectivo deste texto é indicar os traços gerais da teoria leibniziana do simbolismo, ver de que modo a novidade dessa teoria é compatível com o sistema de pensamento de Leibniz. Que dificuldades, que resistências coloca o sistema de Leibniz à defesa dessas teses? A hipótese que nos guia é a de que essas dificuldades têm sobretudo a ver com a questão das relações entre simbolismo e intuição. Mas, a nosso ver, importa também reconhecer que algumas dessas dificuldades sinalizam problemas que ainda hoje estão em aberto[1].

1. Simbolismo e pensamento cego

É no debate com Descartes que a reflexão leibniziana sobre a importância do simbolismo assume uma formulação mais explícita. Precisamente no texto que abre esse debate, as *Meditationes de Cognitione, Veritate et Ideis*, publicado por Leibniz nas *Actas Eruditorum* de Leipzig em 1684, Leibniz denuncia as insuficiências da teoria do conhecimento cartesiana e salienta a importância de um tipo de conhecimento que não carece da intuição plena do seu objecto e que, por isso mesmo, denomina como *conhecimento cego ou simbólico (cogitatio caeca vel symbolica*).

«Quando penso num chiligone, isto é, num polígono de mil lados, não considero sempre o que é um lado, uma

[1]Este texto foi reescrito a partir do nosso estudo "Nas Origens da Semiologia. A Teoria do Pensamento Cego em Leibniz", in O. Pombo (2010), *Palavra e Esplendor do Mundo*, Lisboa: Fim de Século, pp. 37.51.

igualdade, o número mil (ou o cubo de dez) mas sirvo-me mentalmente dessas palavras (cujo sentido sem dúvida apenas confusa e imperfeitamente está presente no meu espírito) para que elas tomem, no meu espírito, o lugar das ideias que delas tenho porque tenho consciência de possuir a significação dessas palavras e julgo que a sua explicação não é necessária no momento»[2].

Como Leibniz escreve, das ideias primitivas, isto é, indecomponíveis, que portanto só podem ser compreendidas por si mesmas, podemos ter um conhecimento intuitivo: «*De uma noção distinta e primitiva não há outro conhecimento possível a não ser o conhecimento intuitivo*»[3]. Pelo contrário, das noções compostas, não podemos, as mais das vezes, diz Leibniz, «*pensar simultaneamente todos os ingredientes dessas noções*»[4].

Porque não pode pensar simultânea e distintamente todas as determinações que constituem a maior parte das suas ideias, o homem tem à sua disposição um recurso cheio das maiores virtualidades: a possibilidade de as pensar através dos símbolos, isto é, a possibilidade de investir os símbolos que representam essas ideias de uma significação que largamente transcende a compreensão que, no momento, delas tem. Como Leibniz diz:

---

2 «Ita cum chiligonum seu Polygonum mille aequalium laterum cogito, non semper naturam lateris et aequalitatis et millenarii (seu cubi a denario) considero, sed vocabulis istis (quorum sensus obscure saltem atque imperfecta menti obversatur) in animo utor loco idearum quas de iis habeo, quoniam memini me significationem istorum vocabulorum habere, explicationem autem nunc judico necessariam non esse», (GP 4: 423).

3 "Notionis distinctae primitivae non alia datur cognitio, quam intuitiva", (GP 4: 423).

4 "Et certe cum notio valde composita est, non possumus omnes ingredientes eam notiones simul cogitare" (GP 4: 423).

«Em geral, e sobretudo se a análise é muito longa, nós não vemos simultaneamente toda a natureza da coisa mas utilizamos signos em lugar das coisas (...) Chamo a esse conhecimento cego ou ainda simbólico; dele fazemos uso na álgebra e na aritmética e em quase todos os domínios»[5].

Contrariamente a Descartes, que condenava todo e qualquer método para o estabelecimento da verdade que não partisse, como na matemática, de evidências intuitivamente estabelecidas, Leibniz aceita a possibilidade de ir progredindo no caminho da verdade através de um pensamento que, não tendo a intuição como guia, isto é, sendo cego, permite contudo avançar. Como? Simbolicamente.

Quer dizer: ao recusar o psicologismo da intuição cartesiana e com ele a exigência de tudo ver, Leibniz aceita avançar mesmo sem nada ver, apenas com o apoio de um suporte sensível que permita, com segurança, o avanço formal do pensamento nos labirintos da abstracção.

2. A Matemática como modelo

5 «Plerumque autem, praesertim in Analysi longiore, non totam simul naturam rei intuemur, sed rerum loco signis utimur, quorum solemus praetermittere, scientes aut credentes nos eam habere in potestate (...) qualem cogitationem caecam vel symbolicam appellare soleo, qua et in Algebra et in Arithmetica utimur, imo fere ubique» (GP 4: 423).

Neste recurso ao pensamento simbólico, Leibniz toma a matemática como modelo. Não enquanto paradigma de evidência, como em Descartes, mas precisamente como forma de suprir a sua ausência.

Para Descartes a matemática vale pelo carácter intuitivo dos seus objectos, pela evidência das suas proposições primeiras das quais é possível extrair, por dedução, as longas cadeias de razões que constituem o tecido seguro dos seus teoremas. Para Leibniz, pelo contrário, é unicamente pelo rigor formal das suas demonstrações que a matemática se pode constituir como paradigma de um conhecimento verdadeiro.

Ora, tal rigor não pode ficar dependente de certezas subjetivamente fundadas. Tal rigor deve antes ser conquistado a partir da utilização de um sistema simbólico que, tornando fixos e visíveis os pensamentos mais abstratos, constitua um suporte material e imaginativo para o pensamento, apoiando ou mesmo substituindo o encadeamento dedutivo pela manipulação de símbolos. Em *Carta a Galloys de 1677, Leibniz escreve :*

"*O verdadeiro método deve fornecer um Filum Ariadnes, quer dizer, um certo meio sensível e grosseiro, que conduza o espírito como as linhas traçadas em geometria e as formas das operações que se prescrevem aos aprendizes de Aritmética*" (GP 7: 22).[6]

[6] «La veritable méthode nous doit fournir un *Filum Ariadnes*, c'est à dire, un certain moyen sensible et grossier, qui conduise l'esprit, comme sont les lignes tracés en geométrie et les formes des opérations qu'on prescrit aux apprentifs en Arithmetique», (GP 7: 22)

O verdadeiro método não é pois, como em Descartes, a confiança na infalibilidade intuitiva da luz natural, antes passa pelo «artifício»[7] da constituição de um simbolismo que exalte, ou mesmo substitua, a razão natural. É neste sentido que Michel Serres pode afirmar que o pensamento cego é mais lúcido que a visão pois que evita os riscos da evidência.[8]

É precisamente no recurso sistemático ao simbolismo que, segundo Leibniz, reside o segredo das matemáticas. Elas são mais do que uma cadeia de razões intuitivamente fundadas (como queria Descartes). Elas são uma mecânica que opera com símbolos, isto é, elas trazem consigo os seus próprios controlos e confirmações.

O seguinte texto do *Préface à la Science Générale de 1677* é, a este propósito, extremamente eloquente:

« (...) a razão pela qual a arte de demonstrar se não encontra até hoje senão nas matemáticas (…) é que as matemáticas trazem a prova com elas porque quando me apresentam um teorema falso, não necessito de o examinar nem mesmo de conhecer a sua demonstração uma vez que descobrirei a sua falsidade a posteriori, por uma experiência fácil que não custa senão tinta e papel»[9].

7 Cf. por exemplo (GP 7: 10 e 168).

8 Cf. SERRES (1968: 417).

9 «Or la raison pour quoy l'art de démonstrer ne se trouve jusqu'ici que dans les mathématiques n'a pas esté bien pénetrée de qui que soit, car si l'on avoit connu la cause du mal, il y a long temps qu'on auroit aussi trouvé le remede. Cette raison est que les mathématiques portent leur epreuve avec elles: car quand on me presente un theoreme faux, je n'ay pas besoin d'en examiner ny même d'en sçavoir la démonstration, puisque j'en découvriray la fausseté à posteriori par une expérience

É precisamente porque na matemática o raciocínio pode ser reduzido à manipulação de símbolos, a um dispositivo graficamente apoiado, que é possível a verificação puramente formal da validade das operações lógicas realizadas. A matemática oferece assim, àqueles que a cultivam, um fio *palpável* e *mecânico*[10] que conduz e sustenta o seu próprio desenvolvimento discursivo. Como Leibniz diz no texto *Analysis Linguarum* de 1678:

"(…) *por isso podemos tornar sensível a análise dos pensamentos e orientá-la, por assim dizer, com um fio mecânico pois que a análise é, de certo modo, sensível*»[11].

Trata-se de um suporte material imaginativo que fixa o raciocínio e o «obriga a deixar como que traços visíveis no papel»[12], e que, por isso mesmo, permite guiar o pensamento, e mesmo substituí-lo, dispensando-o de pensar exaustivamente as ideias que manipula.

Também Descartes havia reconhecido a importância do simbolismo nas matemáticas.[13] No entanto, ao contrário

---

aisée, qui ne coîte rien que de l'encre et du papier», COUTURAT (1903: 154).

[10] Leibniz usa também as desiganções de *filum cogitandi* (COUTURAT: 420) e *filum meditandi* (GP 7: 14).

[11] " (...) hinc analysin cogitationum possumus sensibilem reddere, et velut quodam *filo mechanico* dirigere; quia analysis characterum quiddam sensibile est", (COUTURAT: 351).

[12] « le secret de fixer le raisonnement, et de l'obliger à laisser comme des traces visibles sur le papier, pour estre examiné à laisir), *De la Méthode de l'Universalité* (COUTURAT: 99).

[13] Quando, por exemplo, no *Discours de la Méthode,* Descartes se refere aos méritos da sua própria descoberta da Geometria Analítica, é fundamentalmente a inovação simbólica que ela permite e supõe que é sublinhada (cf. DESCARTES, ed. Adam Tannery 6: 17/8).

de Descartes que parte da Geometria, na qual a simbolização figural desempenha uma mera função de acompanhamento e apoio imaginativo do raciocínio, Leibniz toma como modelo a Aritmética (em especial a Álgebra) na qual, de facto, as operações com os símbolos substituem inteiramente a suposta experiência directa da verdade e dos objectos matemáticos, isto é, na Aritmética e na Álgebra é inteiramente possível (ou melhor, necessário) pensar e calcular a partir dos signos sem que, em qualquer momento, se justifique o abandono destes em favor das ideias por eles significadas. Como Leibniz dizia já no D*e Arte (1660)*:

«Ninguém pode calcular, especialmente com grandes números, sem nomes ou signos numéricos pois teria que imaginar distintamente, em vez do número, todas as unidades nele compreendidas. Quem poderia imaginar distintamente todas as unidades incluídas em 1.000.000.000.000 a menos que dispusesse da idade de Mathusalém? » [14].

Quer dizer, na Aritmética e na Álgebra a análise dos caracteres não implica o seu abandono em favor das ideias que lhes correspondem. Ela realiza-se – ou melhor, pode realizar-se – no interior do próprio espaço simbólico. Melhor dito: o signo oferece, na sua própria textura e positividade, os meios para a realização de uma operação sobre significações ideais que só por seu

14 «Quemad modum enim nemo computare posset, praesatim numeros ingentes, sine nominibus vel signis numeralibus, loco numeri enim deberet sibi distincte imaginari omnes in eo comprehensas unitates. Quis autem nisi tempore aetatis Methusalae imaginabitur sibi distincte unitates quae sunt in 1.000.000.000.000 et si posset tamen progrediendum priorum obliviscertur» (AKADEMIE 6.2: 481).

intermédio é possível manter no horizonte virtual da pensabilidade humana.

***

Estamos perante uma compreensão muito nova e muito profunda do papel do simbolismo. A questão que neste momento se nos coloca é a de saber de que modo estas teses sobre a natureza e alcance do simbolismo se deixam integrar no pensamento de Leibniz.

Importa pois questionar o estatuto conferido por Leibniz ao pensamento cego na economia geral do seu sistema.

Pensamos que o sistema de Leibniz coloca duas grandes resistências à tese da natureza constitutiva do signo para a qual tende toda a teoria leibniziana do simbolismo: por um lado, a postulação de um tipo de conhecimento não-simbólico – o divino – e, por outro, a própria definição de pensamento cego ou simbólico que Leibniz desenvolve por oposição a um pensamento intuitivo.

3. O pensamento divino como limite externo do pensamento simbólico

Para Leibniz, o entendimento divino é intemporal. E, porque intemporal, Deus compreende simultaneamente

todas as ideias e suas relações, conhece intuitivamente todas as ideias simples e todas as suas possíveis combinações. Como Leibniz escreve, a divina *scientia visionis* é um entendimento intemporal, intuitivo, infinito:

"*Deus não raciocina, corretamente falando, empregando o tempo como nós, para passar de uma verdade a outra: mas, como compreende tudo ao mesmo tempo, todas as verdades e todas as ligações, ele conhece todas as consequências e contém eminentemente em si todos os raciocínios que podemos fazer; e é por isso mesmo que a sua sabedoria é perfeita*".[15]

Nestas circunstancias qual o estatuto que o sistema de Leibniz pode reservar ao simbolismo?

Em geral a crítica tem produzido a seguinte interpretação: face à intemporalidade do entendimento divino, o entendimento humano está marcado pela sua discursividade ou desenvolvimento temporal. E essa sua discursividade, essa sua dependência face ao tempo, tem o estatuto de uma imperfeição a que o homem está sujeito. Nestas circunstâncias, o simbolismo surge como um recurso, um meio de que o homem tem de socorrer-se, impossibilitado como está de ultrapassar a sua própria finitude.

[15] « Dieu ne raisonne pas, à proprement parler, employant du temps comme nous, pour passer d'une vérité à l'autre: mais, comme il comprend tout à la fois toutes les vérités et toutes les liaisons, il connait toutes les consequences, et il renferme éminemment en lui tous les raisonnements que nous pouvons faire, et c'est pour cela même que sa sagesse est parfaite », JANET (1900: 370-81).

Numa diferente interpretação que gostaríamos de apresentar, sublinhar-se-á o facto de, em Leibniz, o entendimento humano obedecer, com o divino, aos mesmos princípios lógicos e, além disso, poder aceder às verdades eternas a que o próprio Deus está subordinado. Então, o pensamento cego, na medida em que aponta para uma multiplicidade não totalmente desenvolvida mas virtualmente consistente, aparece como a marca, o procedimento natural e fecundo de um entendimento que tem o poder positivo de captar, em cada símbolo, a sua virtual significação e que, desse modo, penetra o conteúdo significativo total de que é portador.

No primeiro caso, o simbolismo seria a forma de superar um limite externamente estabelecido pela existência de um entendimento divino, de um agente omisciente, um recurso com que o homem se deveria contentar e que lhe permitiria, por aproximações sucessivas, acercar-se de uma verdade que lhe está inevitavelmente vedada. O simbolismo seria a consequência de um limite, uma prática inerente à natureza (limitada) da razão humana.

No segundo caso, o simbolismo seria o meio específico de funcionamento de um entendimento que, sendo diferente, é contudo dotado de uma paralela positividade, isto é, o simbolismo seria o órgão próprio, necessário e essencial da razão humana. Tratar-se-ia, não tanto de um *limite* do saber humano face ao divino, mas de uma *marca* caracterizadora (e positiva) da especificidade da razão humana face ao entendimento

divino. Dir-se-á então que o entendimento divino é por certo intemporal, intuitivo e infinito e que a razão humana é discursiva, limitada pela sua própria temporalidade. Mas, ao mesmo tempo, porque simbólica, é capaz de captar a significação virtual de que cada símbolo esta possuído e, desse modo, penetrar (quer dizer, pensar, calcular, manipular) o conteúdo significativo total de que ele é portador.

4. O conhecimento intuitivo como limite interno do pensamento simbólico

A questão fundamental parece então dever colocar-se, não tanto no limite *externo* constituído pelo entendimento divino, mas naquele outro, digamos *interno*, que resulta da possibilidade, postulada por Leibniz, de um conhecimento intuitivo *no próprio homem*.

Vimos já como as ideias simples ou primitivas, porque indecomponíveis, só intuitivamente podem ser conhecidas. Vimos também como são as ideias compostas que constituem o objecto próprio do pensamento simbólico. Se pensarmos que as ideias primitivas, elementos das ideias compostas, são exigidas pela própria definição de conhecimento simbólico enquanto constituintes minimais do seu próprio objecto, verificamos que, então, são elas o limite interno do pensamento simbólico. De facto, na medida em que nelas se funda, para elas tende, mas, no entanto, a elas não

tem acesso, o pensamento simbólico surge como mera mediação entre uma intuição primitiva postulada e uma intuição final nunca alcançada. É então nas ideias simples que o pensamento simbólico tem essencialmente o seu limite.

Trata-se porém de um limite de estatuto ambíguo. De facto, se o limite que a ideia simples ou primitiva introduz no pensamento simbólico o remete para um horizonte intuitivo que o transcende, esse horizonte, no entanto, não é nunca actualizado. Para que tal actualização fosse possível, seria necessário conduzir a análise até aos termos simples. Ora, essa tarefa é abissal. Ela implicaria a análise de todas as proposições e das suas relações de equivalência ou de inclusão.

Leibniz reconhece a dificuldade. Em *Carta a Foucher de 1687,* defende que «*não é necessário imaginar que possamos sempre levar a análise até aos primeiros possíveis, procedimento que não é necessário para a ciência*».[16]

E não é necessário porque as operações simbólicas podem – e devem – realizar-se directamente sobre os signos, sem que seja necessário recorrer à mediação das intuições que eles são considerados substituir. Mas, assim sendo, as ideias simples são unicamente *um limite virtual*, um espectro que paira sobre o projecto leibniziano de construção de um sistema simbólico universal e que o impede mesmo de proceder à sua efectiva concretização.

[16] « il ne faut pas s'imaginer que nous puissions toujours pousser l'analyse à bout jusqu'aux premiers possibles, aussi ne l'est-il pas necessaire pour la science» (GP 1: 392).

A sua função, no entanto, é vital para Leibniz. São as ideias simples – das quais, em certos textos, Leibniz procura ainda dar listas relativamente extensas[17] – que constituem o fundamento do sentido do pensamento simbólico e, em geral, da linguagem, a condição de possibilidade da sua interpretação. São as ideias simples que garantem o reenvio do sistema simbólico ao universo semântico da intuição, isto é, que o subtraem a um puro formalismo mecânico,[18] à manipulação gratuita e automática dos caracteres, essa sim verdadeiramente cega.

***

Como compreender este estatuto paradoxal que a ideia simples ou primitiva adquire na teoria leibniziana do pensamento simbólico? Como aceitar que a ideia simples seja, simultaneamente, o *fundamento* e o *limite* da teoria leibniziana do simbolismo? E como compreender que o signo possa ser pensado como o *procedimento próprio* de uma razão constitutivamente simbólica e, ao mesmo

17 Cf. *De arte* (GP 4: 70-71) e também *Generales inquisitiones de Analysi Notionum et Veritatum* de 1686 (COUTURAT: 358-60), *Introductio ad Encyclopediam Arcanam* (COUTURAT: 514-5) e *Termini Simpliciores* (GRUA, II: 542). Como forma de obviar à dificuldade de estabelecer a listagem definitiva de termos primitivos, Leibniz propõe mesmo uma solução provisória. Na impossibilidade de encontrar as noções elementares – termos absolutamente primitivos – podemos partir de noções provisoriamente assumidas como primitivas – termos primitivos segundo nós. Cf. *Project et Essais pour arriver à quelque certitude pour finir une bonne partie des disputes et pour avancer l'art d'inventer* (COUTURAT: 176 e também 220-1).

18 Apesar de haver em Leibniz alguns aspectos que o aproximam de uma posição formalista (nomeadamente a exigência de construção de um sistema simbólico distinto da linguagem vulgar, a definição de regras formais de construção e substituição das expressões simbólicas e a própria concepção da lógica como disciplina autónoma), a posição de Leibniz é inconciliável com um formalismo estrito que identificasse o sentido com a estrutura formal, isto é, que o reduzisse à sintaxe.

tempo, como o *recurso auxiliar* de um entendimento apenas provisoriamente arredado da intuição do simples que gnosiologicamente o funda? Estaremos perante uma solução acidental, de âmbito limitado, ou, pelo contrário, de uma teoria que se articula com outros lugares do pensamento leibniziano e, enquanto tal, faz parte da arquitectura central do sistema?

É o próprio Leibniz quem, nos *Nouveaux Essais sur l'Entendement Humain*, estabelece a relação entre a teoria do pensamento simbólico e a teoria da harmonia pré-estabelecida, quando escreve:

«Porque é por uma admirável economia da natureza que não poderíamos ter pensamentos abstractos que não tivessem necessidade de algo de sensível, como acontece com os caracteres tais como são as figuras das letras e dos sons. E se os vestígios sensíveis não fossem requeridos, a harmonia pré-estabelecida entre a alma e o corpo, da qual teria ocasião de vos falar mais amplamente, não teria lugar ».[19]

São várias as respostas que o sistema de Leibniz oferece. Mas, porventura, mais importante do que decidir por uma ou outra das soluções possíveis é reconhecer a centralidade – e actualidade – da própria pergunta.

---

19 «Car c'est par une admirable économie de la nature que nous ne saurions avoir des pensées abstraites qui n'ayent point besoin de quelque chose de sensible, quand ce ne seroit que des caracteres tels que sont les figures des lettres et les sons;. Et si les traces sensibles n'étoient point requises, l'harmonie préétablie entre l'ame et le corps, dont j'aurais occasion de vous entretenir plus amplement, n'auroit point de lieu» (N.E., I, I, §6)*».*

Referencias bibliográficas:

SERRES, Michel (1968), *Le systemè de Leibniz et ses modéles mathématiques*. Vols I e II, Paris: Presses Universitaries de France.

AKADEMIE – *Gottfried Wilhelm Leibniz Samtliche Schrifften und Briefe.* Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Reihe I - VI. Darmstadt: Reichl (1923 segs).

COUTURAT – Couturat, Louis (1903), *Opuscules et fragments inédits de Leibniz. Extraits des manuscrits de la Bibliothèque royale de Hannover par Louis Couturat*. Paris: Alcan.

GP – *Die philosophischen Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz. Hrsg v. Carl Immanuel Gerhardt*. 1-7. Hildesheim: Olms, 1960.

JANET – Janet, Paul (1900), *Oeuvres philosophiques de Leibniz. Avec introduction et notes de Paul Janet*. 2é édition, revue et augmentée. 1.2. Paris: Alcan, 1900

GRUA – *G.W. Leibniz. Textes inédits d'après les manuscrits de la Bibliothèque provinciale de Hanovre publiés et annotés par Gaston Grua*. 1.2. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.

DESCARTES – *Oeuvres de Descartes. Ed. Charles Adam Paul Tannery*. Paris: Vrin, 1964-76.